

A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE GÊNERO NA LÍNGUA FALADA DE ESTUDANTES CABOVERDIANOS DA UNILAB-CE

Lívia Barbosa da Silva¹

 <https://orcid.org/0000-0003-4873-4532>

Claudia Roberta Tavares Silva²

 <https://orcid.org/0000-0003-1246-2651>

RESUMO: Este trabalho objetiva discutir o uso da concordância nominal de gênero na língua falada por estudantes caboverdianos da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), localizada em Redenção-CE, tomando por base o contato linguístico entre o crioulo caboverdiano, língua materna desses falantes, e o português. Ademais, são objetivos específicos: a) verificar que contextos favorecem ou restringem o uso dessa concordância; b) observar se o maior grau de escolaridade exerce influência para um uso linguístico mais próximo da norma europeia do português e c) analisar o tipo de regra linguística relacionada à concordância em análise, partindo da proposta de Labov (2003). Para tanto, foram selecionados doze informantes: seis do sexo feminino e seis do sexo masculino, sendo o *corpus* constituído de 166 sintagmas nominais. Durante a análise, foi utilizada a Teoria da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]) e foram aplicados aos dados os princípios linguísticos propostos por Lucchesi (2009). Os resultados mostram que: a) a regra de concordância de gênero é semicategórica, b) o princípio da saliência é atuante nos dados com a variante não-padrão, c) as estudantes tendem a usar mais a variante padrão e d) estudantes com menos tempo de permanência no Brasil usam mais a variante não-padrão.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia; Concordância; Gênero; Português; Contato

ABSTRACT: This paper aims to analyse the use of gender nominal agreement in spoken language by Cape Verdean students from University for International Integration of the Afro-Brazilian (UNILAB) that stays in Redenção-CE, based on linguistic contact between Cape Verdean creole, native language of these speakers, and Portuguese. Furthermore, the specific goals are: a) to verify what contexts cause or restrict the use of this agreement; to observe if the more degree of scholarship influences to an use next to European Portuguese standard and c) to analyse the type of linguistic rules related to gender agreement based on Labov's (2003) proposal. So, twelve speakers were selected: six are female and six are male. The *corpus* consisting of 166 nominal phrases. During the analysis, Variacionist Sociolinguistic Theory (LABOV, 2008 [1972]) was used and the linguistic principles proposed from Lucchesi (2009) are applied to data. The results show that: a) the rule of gender agreement is semicategorical; b) the salience principle functions in data with non-standard variant, c) the female students tend to use more the standard variant and d) students who are in Brazil for less time use more the non-standard variant.

KEYWORDS: Morphology; Agreement; Gender; Portuguese; Contact

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Pernambuco (FACEPE).

² Docente do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PROGEL) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

1. Introdução

Sempre que há línguas em contato, interferências linguísticas podem ser observadas. Segundo Cardoso (2007, p. 7),

No processo de aquisição de uma segunda língua há sempre interferências da língua materna, pois é frequente recorrer-se a ela para analisar os dados da nova língua, uma vez que a língua materna predomina o pensamento e tende a interferir nas línguas aprendidas em segundo lugar. Quando a língua alvo é aprendida apenas em contexto formal, como a escola, o fosso entre o domínio das duas línguas é ainda maior.

É no campo da aquisição de segunda língua que este estudo centra a atenção, tendo como foco o português caboverdiano (PCV) (a segunda língua falada por 87%³ dos habitantes) que se encontra em intenso contato com a língua materna, o Caboverdiano (também chamado de crioulo caboverdiano (CCV)) falado por quase todos os falantes (926.078 falantes⁴).

Segundo Quint (2008 *apud* ALEXANDRE, 2014), em Cabo Verde, arquipélago da costa ocidental africana formado por dez ilhas, descoberto pelos portugueses em 1460 e cuja independência veio a ocorrer em 05 de julho de 1975, apenas 2% das palavras do CCV são de origem africana. Isso reflete o esforço dos africanos em aprenderem a variedade europeia do português desde o século XV que, atualmente, é a língua oficial, usada no meio político-administrativo, na comunicação com o exterior e ensinada na escola. Para Alexandre (2014, p. 5), “apesar da baixa percentagem de palavras de origem africana no vocabulário nuclear do Caboverdiano, há evidências linguísticas fortes para a presença de traços gramaticais das línguas africanas nesta língua.” Além disso,

Até à independência, o Caboverdiano foi considerado pelas elites ‘menor’ e desprestigiante, estando-lhe reservada apenas a função de língua ‘do coração’, ‘de casa’, da música e das tradições orais. No entanto, já antes do séc. XIX, o Caboverdiano era tão expressivo que eram “raros os brancos de Santiago que soubessem falar a língua portuguesa com perfeição. (CARREIA 1985 *apud* ALEXANDRE, 2014, p. 8)

Segundo Duarte (2003) e Veiga (2004), Cabo Verde vive uma situação diglósica e estudiosos que trabalham o CCV defendem sua institucionalização como língua de ensino, assim como ocorre com o português, baseando-se no fato de que esse crioulo é a língua de identidade do povo caboverdiano: “o Crioulo é pois, por excelência, a marca da nossa identidade (...) Só conseguimos ser e existir no e com o Crioulo” (VEIGA, 2004, p. 73). No trabalho de Cardoso (2007), verificamos como palavras do CCV sofreram alterações fonéticas em relação ao léxico português que lhe deu origem:

- **Baka, berdi, basora** (“vaca, verde, vassoura”) sofreram alterações, mas não criaram uma nova regra fixa;
- **Kabéli, kabésa, béku** (“cabelo, cabeça, beco”) deixaram de ser vogais fechadas e passaram a ter o /é/ aberto;
- **Ripitidu, pidinti, tilifoni** (“repetido, pedinte, telefone”) substituíram o /e/ pelo /i/;

³ Dado extraído do Observatório da Língua Portuguesa:

<https://observalinguaportuguesa.org/category/dados-estatisticos/>

⁴ Dado extraído do site https://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_Verde

- **Tera, mizéria, rua** (terra, miséria, rua) são pronunciadas com o som do /r/ fraco;
- **Djustisa, mátxu** (justiça, macho) são pronunciadas com os sons africados /dj/ e /tx/.

Além do âmbito lexical, verificamos que a morfossintaxe do CCV distingue-se da do português europeu (PE) no que se refere, por exemplo, à morfologia de gênero no sintagma nominal. Observemos os seguintes exemplos extraídos de Baptista (2002, p. 36-37):

- | | |
|---|--------------------------------------|
| (1)a. un rapariga (CCV)
a young woman | <i>versus</i> uma moça (PE) |
| b. kel rapariga
“that/the young woman” | <i>versus</i> aquela/ a moça (PE) |
| c. Tudu rapariga staba ta txora.
“All the young women were crying.” | <i>versus</i> Todas as moças... (PE) |

Ao contrário do PE, os determinantes no CCV (pronome indefinido (*un* (“um(a)” (cf. (1a)), pronome demonstrativo (*kel* (“aquele(a)” (cf. 1b))) e o quantificador (*tudu* (“todos(as)” (cf. 1c))) não carregam o morfema relativo ao gênero feminino, pois uma única forma é usada diante de nomes femininos e masculinos. Evidências adicionais de como se comporta essa morfologia são encontradas em Lucchesi (2009, p. 304):

- | |
|--|
| (2)a. Kel libru grandi sta riba de menza.
“o livro grande está em cima da mesa.” |
| b. Kel kosa ke bo dam
“a coisa que você me deu.” |

O pronome demonstrativo *Kel* (que funciona como pronome definido) em CCV é invariável e não se flexiona para gênero, não concordando assim com o gênero masculino do nome *libru* em (2a) e com o gênero feminino do nome *kosa* em (2b).

Moreira (2014, p. 142) observa, no entanto, que pode haver concordância entre o adjetivo e o nome em CCV quando este refere-se a seres animados, mais especificamente, seres humanos. Observe o contraste entre (3a) com um nome animado [+ humano] como *minina* e (3b) com um nome inanimado como *kasa*:

- | |
|---|
| (3)a. Minina bonita
“menina bonita” |
| b. kása bonit
“kasa bonita” |

Ademais, os pouquíssimos casos encontrados no CCV em que há contraste de gênero (masculino/ feminino) restringem-se a referências ligadas a graus de parentesco (4a), a indivíduos que realizam atividades (4b) e a títulos ilustres (4c), segundo verifica Baptista (2002, p. 42-43) ao fazer referência ao trabalho de Pires (1995):

- | |
|--|
| (4)a. fidju - fidja (PIRES, 1995, p. 76) |
| son - daughter |
| filho - filha |

- b. **ladron** - **ladrona** (PIRES, 1995, p. 77)
 thief (masc) - thief (fem)
 ladrão - ladra
- c. **duki** - **dukeza** (PIRES, 1995, p. 77)
 duke – duchess
 duque - duqueza

É interessante referirmos ainda que, ao lado do contraste de gênero observado em (4a), é possível, segundo observam Floripe e Moreno (2010, p. 230), não haver um morfema de gênero no nome, mas a inserção das palavras *fémia* (“fêmea”) e *matxu* (“macho”) após o nome, marcando o gênero através dessa justaposição⁵:

- (5)a. Nhas fidju **fémia**...
 “Minha filha”
- b. Nhas fidju **matxu**...
 “Meu filho”

Estudos realizados sobre variedades africanas do português apontam para o fato de que o grau de escolarização exerce influência para o uso de formas que se afastam das encontradas na variedade europeia do português. No caso da variante não-padrão associada à forma em que não se verifica a concordância de gênero (ex: **o** *casa*), por exemplo, assumimos com Mota, Miguel e Mendes (2012) e Brandão e Vieira (2012) que quanto menos for escolarizado o falante, mais chances terá de produzir essa variante em decorrência do maior uso de sua língua materna em que as marcas de concordância, em geral, só ocorre em um dos elementos do sintagma nominal. Assim, no contato linguístico entre a língua materna dos falantes e o português adquirido como segunda língua, aquela exerce influência sobre esta

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo norteador discutir o uso da concordância nominal de gênero na língua falada por estudantes caboverdianos da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) localizada na cidade de Redenção, no Ceará, tendo em mente o intenso contato linguístico entre o PCV e o CCV. Para tanto, são objetivos específicos: a) verificar quais contextos favorecem ou restringem o uso dessa concordância; b) observar se o maior grau de escolaridade exerce influência para um uso linguístico mais próximo da norma europeia do português e c) analisar o tipo de regra linguística relacionada à concordância em análise, partindo das três regras linguísticas propostas por LABOV (2003), a saber: categórica (100%), semicategórica (95-99%) e variável (5-95%).

A fim de atingirmos os objetivos propostos, este artigo encontra-se assim estruturado: na seção 2, são apresentados os procedimentos metodológicos necessários à análise dos dados; na seção 3, são apresentados e discutidos os resultados obtidos e, na seção 4, são apresentadas as considerações finais advindas dos principais resultados alcançados neste estudo.

⁵ Na nota de rodapé nº 6, os autores pontuam: “Em situações diversas as palavras *matxu* e *fémia* veiculam uma redundância (mininu matxu, minina femia)” (FLORIPE; MORENO, 2010, p. 230).

2. Procedimentos metodológicos

Para a realização da análise, adotamos: a) o método indutivo, pois, a partir dos dados extraídos do *corpus*, foi possível chegarmos à formulação das conclusões e b) os métodos estatístico e comparativo: o primeiro para a realização da análise quantitativa e o segundo, para contrastar o uso da concordância nominal de gênero por estudantes da UNILAB que estão com maior tempo de permanência no Brasil com aqueles que estão a menos tempo nesse país.

Para a constituição do *corpus* do PCV, foram selecionadas 12 entrevistas realizadas com alunos caboverdianos da UNILAB que estão transcritas por membros do projeto de pesquisa PROFALA da Universidade Federal do Ceará (UFC) (<http://www.profala.ufc.br>). Dessas 12 entrevistas: a) 6 são do sexo feminino (3 alunas com mais de seis meses no Brasil e 3 alunas com menos de seis meses) e b) 6 são do sexo masculino (3 alunos com mais de 6 meses do Brasil e 3 alunos com menos de 6 meses).

O *corpus* é composto por 166 sintagmas nominais, contendo ora a variante padrão (cf. (6a)), ora a variante não-padrão (cf. (6b)):

- (6)a. “**uma** coisa” (I. F⁶ – menos de 6 meses no Brasil)
- b. “**um** pessoa” (I. M – menos de 6 meses no Brasil)

Elaborado o *corpus*, selecionamos como variáveis o período de permanência no Brasil (menos de 6 meses e mais de 6 meses) e o sexo (masculino e feminino). Além da análise quantitativa dos dados submetidos a tratamento estatístico, através do qual foi possível percebermos o tipo de regra linguística, seguindo a proposta de Labov (2003), verificamos como os dados analisados se comportam quando aplicados os três princípios linguísticos propostos por Lucchesi (2009, p. 308) no âmbito da concordância de gênero, a saber:

- a) *princípio da simplicidade*: quanto mais simples for a estrutura, maior é a aplicação da concordância:
 - (7) Eu falo **a verdade**
 - (8) Chega lá é **um maior confusão** pá esses médico atende a gente
- b) *princípio da integração*: a aplicação da concordância ocorre em elementos mais integrados da estrutura, ou seja, elementos pré-nucleares recebem mais concordância:
 - (9) Não, trabalho **na minha** terra mesmo.
- c) *princípio da saliência*: núcleos nominais em que a morfologia de gênero seja mais marcada tendem a receber mais concordância:
 - (10) E adepois, junto com a **sogra**.
 - (11) Cada um tem um **natureza**.

⁶ As siglas indicam o seguinte: I(informante), F (feminino) e M (masculino)

Ao longo da análise, foi possível testarmos as seguintes hipóteses: a) estudantes com menos tempo de permanência no Brasil podem produzir padrões de concordância de gênero no PCV que evidenciem uma maior interferência de sua língua materna, o CCV, e b) as estudantes tendam a usar mais a variante padrão.

3. Resultados e discussão

Estando este trabalho voltado à concordância de gênero, é importante retomarmos aqui a definição de Lyons (1981, p. 155) sobre o que é concordância. Para ele, trata-se de “uma relação assimétrica existente entre um regente, ou controlador, e um ou mais dependentes.”. Em nosso caso, mais especificamente, o regente é o nome com o qual os termos que estão à sua esquerda e/ou à sua direita no interior do sintagma se relacionam (a saber: os determinantes e adjetivos).

Na perspectiva da gramática tradicional, são considerados “erros gramaticais” os sintagmas nominais em que não se verifica a aplicação da regra de concordância nominal por infringirem a regra geral de que “os adjetivos, pronomes, artigos e numerais concordam em gênero e número com os substantivos determinados (CEGALLA, 1976, p. 286). Seguem alguns sintagmas nominais (estando em negrito os elementos que concordam com o nome sublinhado):

(12) **O ALTO** ipê cobre-se de flores **AMARELAS**
(CEGALLA, 1976, p. 286)

No entanto, assumindo com Labov (2008 [1972]) de que toda língua natural é heterogênea, é possível verificarmos que a regra prescrita nos manuais gramaticais nem sempre é aplicada por falantes de variedades não-europeias do português por razões relacionadas a aspectos linguísticos e/ou extralinguísticos, conforme evidenciado abaixo:

(13) *português de Moçambique (PM)*:

“Eu tenho **minhas netos**.”
(GONÇALVES, 2015, p. 12)

(14) *português de Guiné-Bissau (PGB)*:

- a. “**O meu mãe** (GBI2)⁷
- b. “**num determinado etnia**” (GBI5)
- c. “**Os seus responsabilidade**” (GBI10)
(SEDRINS; SILVA, 2017, p. 94, 100)

(15) *português de Cabo Verde (PCV)*:

- a. **Mesmo coisa** (CVI18)
- b. **O semente** (CVI19) (SEDRINS; SILVA, 2017, p. 94, 99)

⁷ Dentro dos parênteses, encontram-se as seguintes informações: GB(Guiné-Bissau), I(informante) e 2 (número do informante).

Em seu estudo sobre a concordância nominal (CN) de gênero em cinco variedades africanas do português, Sedrins e Silva (2017) verificam que, no PCV, por exemplo, dos 2827 sintagmas nominais analisados, 2818 (99,7%) apresentam a aplicação da regra dessa concordância contra 9 casos (0,3%) de não- aplicação da regra:

Localidade	Total geral de SNs	% Aplicação da CN	% Não-aplicação da CN
Angola	1997	1997 (100%)	0
Cabo Verde	2827	2818 (98%)	9 (0,3%)
Guiné- Bissau	8174	3119 (99,6%)	55 (2%)
Moçambique	3352	3340 (99,6%)	12 (0,4%)
São Tomé e Príncipe	2082	2078 (99,8%)	4 (0,2%)

Tabela 1: Concordância de gênero em cinco variedades africanas do português

Fonte: SEDRINS; SILVA (2017, p. 8)

Diante dos percentuais obtidos, os autores concluem que a regra linguística referente à concordância de gênero é semicategórica no PCV, no PGB, no PM e no PST, e categórica no português de Angola, tomando por base os três tipos de regras linguísticas propostas por Labov (2003). Ademais, aplicando os três princípios de Lucchesi (2009) aos dados (princípio da simplicidade, princípio da integração e princípio da saliência), verificam que, embora alguns sintagmas sejam simples em sua estrutura (Det + N), a não-aplicação da regra no PCV é verificada, ocorrendo principalmente quando o núcleo nominal é feminino e os elementos à esquerda, masculinos:

- (16) a. **Mesmo** coisa (CVI18)
- b. **O** semente (CVI19)
- c. **Muito** criança (CVI9)
- d. **Outros** crianças (CVI12)
- e. **Muito** água (CVI18)

(SEDRINS; SILVA, 2017, p. 99)

Embora o princípio da simplicidade não esteja sendo observado nesses dados, os autores sugerem “interpretar a não aplicação da concordância pelo princípio da saliência.” (SEDRINS; SILVA, 2017, p. 99). Nesses casos, o núcleo nominal não é marcado para gênero.

Em se tratando de pesquisas sobre a concordância de gênero no português brasileiro, verificamos que ainda são escassas. Em geral, os estudos, até então realizados, têm voltado à atenção ao uso dessa concordância por comunidades afro-brasileiras por acreditarem que a variação de gênero ainda encontrada nessas comunidades reflete a história de contato linguístico entre o português e as línguas trazidas pelos africanos (LUCCHESI, 2009; AGUILERA; NAVARRO, 2009; KARIM, 2004; LOPES, 2016). Além disso, defende-se que a variação na concordância de gênero pode ser entendida como resultado de um processo de criouliização da língua portuguesa no Brasil em contato com as línguas autóctones. Silva Neto (1950) propõe que, em virtude do intenso e múltiplo contato entre povos e entre línguas diferentes durante o período colonial brasileiro, a deriva natural do PB pode ter sido acelerada.

Petter (2009), investigando o português de uma comunidade afro-brasileira em São Paulo, na cidade de Salto de Pirapora, cujos moradores são descendentes de africanos e usam algumas palavras do léxico provenientes de uma língua banto, concluiu que o gênero é marcado no artigo e o adjetivo recebe mais marcação quando é anteposto ao nome:

- (17)a. “Os menino é os que mais gosta de brincadeira **bruto**”
b. “**O meu** meninada é **acostumado**” (PETTER, 2009, p. 208)

Diante do exemplo acima, a autora argumenta que a ausência da concordância de gênero decorre da influência da língua banto em que há uma simplificação da flexão, pois a pluralidade é expressa por prefixos nominais, não sendo o gênero uma categoria especificada nessas línguas:

- (18)a. mù-tù
(1)- pessoa
b. à-tù
(2)-pessoas – “pessoas” (PETTER, 2009, p. 209)

Outro estudo linguístico sobre a concordância de gênero no PB é o de Lucchesi (2009) em que são analisados dados produzidos por falantes de uma comunidade rural afro-brasileira da cidade de Helvécia, localizada no Sul da Bahia. Um fato curioso encontrado é que os descendentes de escravos que integram essa comunidade, sobretudo, os mais jovens “diziam que naquela cidade havia muita gente que falava diferente, ‘engraçado’, principalmente os mais velhos, e acrescentavam ainda que muitas vezes era difícil, para eles mesmos, filhos da terra, entenderem (FERREIRA, 1984, p. 22-23 *apud* LUCCHESI et al., 2009, p. 75).

Lucchesi et al. (2009) verificaram que foi na morfossintaxe onde houve mais marcas de um possível processo de criouliização. No que se refere à concordância de gênero, há ausência dessa concordância tanto no interior do sintagma nominal (cf. (19a)) quanto na relação com um termo predicativo (cf. (19b)):

- (19)a. “io ã pódẽ rumá **o** casa”
b. “ela é muito saído”
(LUCCHESI et. al., 2009, p. 92)

Tendo em mente estudos apontarem que os casos de não-concordância nominal no PB são decorrentes de um processo sócio-histórico ligado ao contato do português com outras línguas durante a colonização, Gomes (2018) objetivou descrever o português escrito em Pernambuco, levando em conta, com base na pesquisa de Silva (2011), que o grande contingente de escravos vindos a Pernambuco era oriundo de Angola e falava quimbundo, língua do tronco banto da família benue-congo ocidental e uma das línguas maternas dos angolanos. Segundo Silva (2011, p. 44), é a “língua que mais deixa vestígios no português falado na cidade do Recife.” (p. 44), tomando por base o processo de colonização do Brasil que, de 1742 a 1777, por exemplo, contou com a entrada de 93.138 negros nessa cidade (MENDONÇA, 1973 *apud* SILVA, 2011, p. 43), sendo a sua maioria do grupo bantu que partia do porto de Luanda, em Angola. Para essa autora, evidências da influência africana nesse português podem ser encontradas na ausência de concordância nominal e verbal.

Apesar da história de contato do português de Pernambuco com línguas do tronco banto, Gomes (2018) levantou a hipótese de que, por serem os sujeitos de sua pesquisa já concluintes do Ensino Médio e, portanto, terem um maior grau de escolaridade, o uso da variante padrão seria verificada com alta frequência. De fato, essa hipótese foi confirmada, pois, ao adotar os três tipos de regras linguísticas propostas por Labov (2003), a autora verificou que a regra linguística de concordância de gênero é categórica (100%). Além disso, cumpre destacarmos que os sujeitos dessa pesquisa usam essa regra categórica por não estarem inseridos em uma comunidade rural afro-brasileira que passou por uma história de intenso contato linguístico, o que vai na direção de Lucchesi (2009, p. 305) ao observar que no PB “só se registra um nível significativo de variação na concordância de gênero em certas comunidades rurais que passaram por um amplo e profundo contato linguístico em sua história”.

Diante do exposto, passemos agora a observar como se comportam os dados produzidos por estudantes da UNILAB-CE no que se refere ao uso da variante padrão e não-padrão associado à concordância de gênero no PCV:

Ocorrência/ variante padrão (%)	Ocorrência/ variante não-padrão (%)	Total geral de sintagmas
162/ 97,5%	4/ 2,46%	166

Tabela 2: Ocorrência e percentual da concordância nominal de gênero no português caboverdiano

Fonte: Autoras deste trabalho

Indo na direção da pesquisa de Sadrins e Silva (2017), no PCV trata-se de uma regra semicategórica (97,5%). Esse resultado pode decorrer da possível interferência do CCV, língua materna dos estudantes da UNILAB, em que, não se verifica, em geral, marcas de gênero em todos os elementos do sintagma nominal (cf. BAPTISTA, 2002).

Apresentamos, a seguir, os quatro casos de variante não-padrão retirados do *corpus* do PCV, valendo referirmos que os dados de (20a) e (20b) foram produzidos por estudantes do sexo masculino com menos de 6 meses no Brasil, (20c), por um estudante com mais de seis meses e (20d) por uma estudante com menos de seis meses:

- (20)a. **um pessoa**
- b. **uma trabalho**
- c. **a língua crioulo**
- d. **uma pouquinho**

Aplicando os princípios de Lucchesi (2009) aos exemplos acima, percebemos que os sintagmas nominais, embora possuam uma estrutura simples (Det + Nome), o princípio da simplicidade não é atuante, pois a variante padrão não é verificada. E ainda, de todos os casos apresentados, percebemos o princípio da integração atuante apenas em (20c) em que há concordância do elemento pré-nuclear (*a*) com o núcleo nominal (*língua*).

Em linhas gerais, a atuação do princípio da saliência regula o uso da variante não-padrão em (20), pois o núcleo nominal não é marcado para gênero, em outras palavras, não permite a alternância entre o feminino e o masculino, resultado este que se assemelha aos obtidos por Sadrins e Silva (2017).

No que se refere à variável relacionada ao *período de permanência dos alunos caboverdianos no Brasil*, verifiquemos como se comportam as alunas (cf. Tabela 3) e os alunos (cf. Tabela 4):

Período de permanência no Brasil	Ocorrência/ variante padrão (%)	Ocorrência/ variante não-padrão (%)	Total geral de sintagmas
+ 6 meses	32/ 100%	0	32
- 6 meses	48/ 97,95%	1/ 2,04%	49

Tabela 3: Ocorrência e percentual dos fatores relativos à variável *período de permanência no Brasil*, tendo por base o sexo feminino

Fonte: Autoras deste trabalho

Período de permanência no Brasil	Ocorrência / variante padrão (%)	Ocorrência/ variante não-padrão (%)	Total geral de sintagmas
+6 meses	31/ 96,87%	1/ 3,12%	32
- 6 meses	51/ 96,22%	2/ 3,77%	53

Tabela 4: Ocorrência e percentual dos fatores relativos à variável *período de permanência no Brasil*, tendo por base o sexo masculino

Fonte: Autoras deste trabalho

A variável extralinguística em análise aponta para a confirmação da hipótese de que os casos de variante não-padrão relacionados à concordância nominal de gênero encontrados podem ser decorrentes da influência do CCV. Como percebemos nas tabelas 3 e 4, são os estudantes com menos tempo no Brasil, ou seja, os que acabaram de chegar da África, que usam mais essa variante. Quanto aos que estão há mais tempo, pode ser que o maior contato com o PB no meio urbano cuja regra de concordância de gênero é categórica possa estar favorecendo o uso da variante padrão.

No que se refere à outra variável extralinguística, o sexo, embora a diferença percentual entre o sexo feminino (98,76%) e masculino (96,47%) seja pequena para o uso da variante padrão, é possível percebermos que as estudantes são um pouco mais conservadoras por primarem pelo uso dessa variante, indo na direção do que verificam Mollica e Braga (2012) para o PB. Observem-se os resultados a seguir:

Sexo	Ocorrência/ variante padrão (%)	Ocorrência/ variante não-padrão (%)	Total geral de sintagmas
Feminino	80/ 98,76%	1/ 1,23%	81
Masculino	82/ 96,47%	3/ 3,52%	85

Tabela 5: Ocorrência e percentual dos fatores relativos à variável *sexo*

Fonte: Autoras deste trabalho

Em linhas gerais, nos dados da língua falada provenientes das entrevistas realizadas pelo grupo PROFALA em relação à concordância de gênero do PCV, podemos concluir que, por terem os estudantes caboverdianos concluído o Ensino Médio e, portanto, terem um maior grau de escolaridade, percebemos que seu uso linguístico é

muito próximo ao uso da norma europeia do português, conforme já verificado por Mota (2015), Mota, Miguel e Mendes (2012) e Brandão e Vieira (2012).

4. Considerações finais

Com base na pesquisa realizada, o grande percentual de concordância de gênero obtido nos dados de fala do PCV pode ser decorrente da grande pressão exercida pela escola sobre os falantes para que aprendam a norma europeia do português em Cabo Verde, visto que o português é a sua língua oficial e necessária para garantir seu ingresso em universidades e obter melhores empregos, promovendo, conseqüentemente, possibilidades de uma maior ascensão na sociedade caboverdiana.

É possível verificarmos também que os resultados caminham na direção do estudo realizado por Sedrins e Silva (2017), haja vista que a regra de concordância nominal de gênero é semicategórica, um resultado possivelmente decorrente da interferência do CCV no PCV.

Ademais, uma questão ergue-se diante da análise aqui empreendida: seriam os falantes do sexo masculino com maior grau de escolarização mais sujeitos à influência do contato linguístico de sua língua materna sobre o PCV também em dados escritos? Deixaremos a resposta a essa questão para uma investigação futura.

Agradecimentos

À FACEPE, pelo financiamento desta pesquisa.

Referências

- AGUILERA, V. A.; NAVARRO, A. M. M. Casos de não concordância nominal na linguagem rural paranaense: traços do português arcaico, influência africana ou indígena? In: AGUILERA, V. (Org.). **Para a história do português brasileiro: vozes, veredas, voragens**. Londrina: EDUEL, 2009, p. 195-222, 2009. v 3.
- ALEXANDRE, N. Aquisição de Português L2 em Cabo Verde: alguns aspetos morfosintáticos do contacto. In: ARAÚJO, G.; JEFERSON, P.; OLIVEIRA, M. (Ed.), **Português Falado na África Atlântica**. 2014. [no prelo].
- BAPTISTA, M. **The syntax of Cape Verdean Creole: the Sotavento varieties**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2002.
- BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. **Alfa**, v. 53, n. 3, P. 1035-1064, 2012.
- CARDOSO, A. J. **A importância do erro e as interferências linguísticas no processo de aquisição de uma língua não materna**, 2007. www.performar.org/revista/edição_22/import_erro, PDF. Acesso em: 06 jul. 2020.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 15. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- DUARTE, D. D. **Bilinguismo ou Diglossia?**. 2. ed. São Vicente: Spleen. 2003.
- FLORUPI, S.; MORENO, I. Marcas de concordância no caboverdiano e no português: uma visão comparativa. **Estudos da Língua(gem)**, v. 8, n. 1 p. 223-240, jun. 2010.

- GOMES, A. P. R. A concordância nominal de número e gênero em redações escolares de alunos pernambucanos, angolanos e moçambicanos. **Relatório Final PIC/ UFRPE**, Recife, 2018.
- GONÇALVES, P. Aspectos morfossintáticos da gramática do português de Moçambique: a concordância nominal e verbal. **Cuadernos de la ALFAL**, n. 7, p. 9-16, 2015.
- KARIM, J. M. **A variação na concordância de gênero no falar da comunidade de Cáceres-MT**. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP. 2004
- LABOV, W. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Org.). **Sociolinguistics: the essential readings**. Oxford: Blackwell, 2003, p. 235-250.
- _____. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LOPES, I. C. B. Traços e concordância de gênero em português. **Inventário**, n. 19, p. 1-14, dez. 2016.
- LUCCHESI, D. **A concordância de gênero**. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: Editora da UFBA, 2009. p. 295-318.
- _____. et al. O português afro-brasileiro: as comunidades analisadas. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: Editora da UFBA, 2009. p. 75-100.
- LYONS, J. **Linguagem e linguística** – uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1981, pp. 101-132.
- MOLLICA, M.C.; BRAGA, M. L. (Org). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto. 2012.
- MOTA, M. A. Para uma tipologia da concordância sujeito-verbo, em português falado: contributos do português de Luanda e de Cabo Verde. **Cuadernos de la ALFAL**, n. 7, 2015. p. 17-35.
- _____.; MIGUEL, M.; MENDES, A. A concordância de P6 em português falado. Os traços pronominais e os traços de concordância. **Papia**, v. 22, n. 1, p. 161-187, 2012.
- MOREIRA, A., K. T. Descrição da variedade da ilha do Maio. In: LANG. G. (Ed.). **A variação geográfica do crioulo caboverdiano**. Erlangen: FAU University Press, 2014. p. 99-182.
- PETTER, M. M. T. Aspectos morfossintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano. **Revista Papia - Revista brasileira de estudos crioulos e similares**, n. 19, p. 201-220, 2009.
- PIRES, H. Analyse contrastive de la flexion nominale du créole de Santiago (Cap-Vert). **Études Créoles**, v. 18, n. 1, p. 74–83, 1995.
- SEDRINS, A. P.; SILVA, C. R. T. Padrões de concordância de gênero e número no sintagma nominal em variedades africanas do português. **Revista Leitura**, v. 2, n. 59, p. 85-105, jul./dez. 2017.
- SILVA, O. A. **A influência africana no português em Pernambuco: um mergulho em Ascenso Ferreira**. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- SILVA NETO, S. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença, 1950.
- VEIGA, M. **A Construção do Bilinguismo**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004.